

ATA NÚMERO 31/XVI/1.ª SL

Aos onze dias do mês de fevereiro de 2025, pelas 15:00 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, no Auditório Almeida Santos, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia
2. Audiência ao [Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência \(Me-CDPD\)](#), com o objetivo de reforçar o papel do Me-CDPD, bem como de aproximar a sua missão ao trabalho desenvolvido pela Comissão de Educação e Ciência, em prol das crianças, jovens e adultos com deficiência em Portugal
3. Audição da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB 2/3 Fragata do Tejo, por [requerimento do CH](#), sobre a situação de violência ocorrida na mesma
4. Audição do Diretor do Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo, Dr. Manuel João Belém Veva, por [requerimento do CH](#), sobre a situação de violência ocorrida na Escola EB 2/3 Fragata do Tejo
5. Aprovação das atas de reuniões anteriores
6. Comunicações da Presidente
 - 6.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas
 - 6.1.1 Projetos de Resolução – Generalidade

- [Projeto de Resolução n.º 634/XVI/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo a regulamentação do ensino híbrido e a promoção de práticas educativas interdisciplinares ao ar livre
- [Projeto de Resolução n.º 641/XVI/1.ª \(CH\)](#) - Recomenda ao Governo que garanta a atualização dos apoios financeiros da valência de Pré-Escolar

6.2. Informação sobre baixa de votos

- [Projeto de voto n.º 554](#), do PSD, De congratulação à cientista Inês Barroso, classificada entre as mil melhores cientistas do mundo em 2024

6.3. Pedidos de audiência

- 6.3.1. Da [Associação Jurídica pelos Direitos Fundamentais \(AJDF\)](#), para apresentar propostas para uma correta aplicação da legislação no âmbito da saúde dos professores e implementação da medicina do trabalho
- 6.3.2. Da [Associação de Diretores Pedagógicos do Ensino Artístico Especializado](#), a fim de apresentar as preocupações que tem quanto à grave situação de subfinanciamento que as escolas do Ensino Artístico atravessam.

6.4. Convites

- 6.4.1. Da [Comissão de Saúde](#) para a realização de uma conferência sobre o «impacto da utilização de ecrãs na saúde mental e desenvolvimento de crianças e jovens»

7. Aprovação do texto final do [Projeto de Lei n.º 337/XVI/1.ª \(PAN\)](#) – Cria uma rede de serviços de psicologia nas escolas públicas e instituições de ensino superior e uma linha telefónica de apoio no Ensino Superior

8. Discussão e votação do relatório sobre o [Projeto de Lei n.º 345/XVI/1.ª \(CH\)](#) – Novo regime jurídico da lecionação e da organização da disciplina e área curricular de Cidadania e Desenvolvimento (CD) nos estabelecimentos dos ensinos básico e secundário

9. Fixação da redação final do [Projeto de Lei n.º 252/XVI/1.ª \(L\)](#) - Estabelece a universalidade da educação pré- escolar para as crianças a partir dos 3 anos de idade

10. Fixação da redação final das seguintes iniciativas

- [PJR n.º 130/XVI/1.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo o reforço do Programa Escola Segura e das ações de sensibilização contra a violência em meio escolar,
- [PJR n.º 153/XVI/1.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo uma análise compreensiva das ocorrências de violência em contexto escolar, visando uma atuação cada vez mais eficaz e a sua prevenção
- [PJR n.º 208/XVI/1.ª \(CH\)](#) – Recomenda ao Governo a adoção de medidas que fomentem a segurança e consequente diminuição de violência contra crianças e jovens
- [PJR n.º 304/XVI/1.ª \(L\)](#) - Pela valorização e qualificação das carreiras de Assistente Técnico e de Assistente Operacional nas escolas e promoção de medidas que permitam a adequação destes recursos à realidade de cada escola
- [PJR n.º 390/XVI/1.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo a adoção de medidas de combate à violência e ao consumo de droga no meio escolar

11. Discussão e votação do relatório final da [petição n.º 124/XVI/1.ª](#) - Pela criação de carreiras especiais para os trabalhadores não docentes das escolas da rede pública e dotar as escolas dos trabalhadores efetivamente necessários à prossecução da sua função pública com qualidade e segurança

12. Outros Assuntos

13. Data da próxima reunião

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Eduardo Pinheiro (na ausência da Presidente), colocou a proposta de Ordem do dia a votação a qual foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PSD, do PS, do CH e da IL, encontrando-se ausentes os Deputados do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

2. Audiência ao [Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência \(Me-CDPD\)](#), com o objetivo de reforçar o papel do Me-CDPD, bem como de aproximar a sua missão ao trabalho desenvolvido pela Comissão de Educação e Ciência, em prol das crianças, jovens e adultos com deficiência em Portugal

O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Eduardo Pinheiro (na ausência da Presidente), deu as boas-vindas à delegação do Me-CDPD (identificadas na [página da audiência](#)), e lembrou a grelha de tempos das intervenções.

Vera Bonvalot, Presidente do Me-CDPD, fez uma apresentação (também disponível para consulta na [página da audiência](#)) e referiu o seguinte, em síntese:

1. O Me-CDPD é um organismo nacional independente que monitoriza a implementação da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD) em Portugal e funciona junto da Assembleia da República;
2. Entre as suas atribuições e competências destacam-se as seguintes (ver [artigo 3.º da Lei n.º 71/2019, de 02 de setembro](#)):
 - emitir pareceres sobre projetos de diplomas que respeitem aos direitos das pessoas com deficiência (obrigatórios, ainda que não vinculativos);

- propor alterações legislativas relativas a estes direitos;
 - dirigir recomendações a entidades públicas no sentido de garantir uma melhor implementação dos princípios e normas da Convenção;
 - avaliar o cumprimento da Convenção na legislação portuguesa;
3. A sua composição inclui um representante do Provedor de Justiça, um representante da Comissão das Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência, dois representantes de confederações e federações ou associações do âmbito nacional na defesa dos direitos da pessoa com deficiência, 5 representantes de organizações Não-Governamentais que representam a deficiência visual, motora, intelectual, auditiva e orgânica e duas personalidades de reconhecido mérito (ver artigo 4.º da referida Lei);
 4. Dispõe também de um órgão de consulta e aconselhamento, o Conselho Consultivo, que integra um representante de cada grupo parlamentar da Assembleia da República, um representante de cada região autónoma, designado pela respetiva Assembleia Legislativa Regional, um representante da CNDH; e 20 representantes das confederações, federações e associações de âmbito nacional, com registo de ONGPD (ver artigo 5.º da referida Lei);
 5. Em relação ao conceito de deficiência e sua evolução referiu que a deficiência é determinada pelas barreiras impostas pelo meio envolvente e por isso existe a necessidade de garantir acessibilidades para evitar limitações desnecessárias;
 6. Desafios que a educação inclusiva enfrenta: recursos humanos (professores especializados, terapeutas, assistentes operacionais); infraestruturas e materiais inadequados; desigualdades regionais no acesso à educação inclusiva;
 7. É necessário prestar contas e assegurar a transparência na monitorização, avaliação e implementação das medidas inclusivas, envolvendo comunidade educativa (pais, alunos, professores);
 8. A educação inclusiva é essencial para garantir igualdade de oportunidades e se os recursos não forem acessíveis, perpetua-se a exclusão e o preconceito;
 9. No ensino superior é necessário garantir a acessibilidade e a estabilidade nos processos de candidatura, exames e ensino com adaptações razoáveis, como tempo extra em provas e materiais acessíveis, apoios específicos, como tecnologia assistiva e língua gestual;

10. Foi também referida a falta de legislação para os professores com deficiência, que também necessitam de recursos específicos para poderem desempenhar as suas funções plenamente;
11. Em resumo, reforçou a importância de uma articulação mais eficaz entre o Me-CDPD e a Comissão de Educação e Ciência para melhorar a legislação e assegurar a implementação de medidas inclusivas.

Intervieram, depois, os Senhores Deputados Inês Barroso (PSD), Lia Ferreira (PS), Diva Ribeiro (CH) e Patrícia Gilvaz (IL), que fizeram perguntas e teceram considerações sobre a matéria.

Na sequência das intervenções e questões colocadas, a Presidente do Me-CDPD mencionou o seguinte, em síntese:

1. Qualquer estudo sobre a educação inclusiva tem que contemplar a avaliação feita por pessoas com deficiência, caso contrário a sua validade fica comprometida;
2. Considera útil a existência de encontros semestrais para avaliar ações e contributos, envolvendo as pessoas com deficiência no processo;
3. A falta de independência financeira, sem um secretariado, e a conseqüente falta de recursos e infraestruturas origina um impacto na comunicação, uma vez que ainda não dispõem de um site oficial na *Internet*, as instalações também sofreram uma rotura elétrica o que tem causado alguns transtornos, mas esperam em breve conseguir ultrapassar estas dificuldades;
4. Apesar das dificuldades têm feito um grande esforço para garantir respostas às consultas públicas, apesar de prazos curtos;
5. Manifestou preocupações com o SAPA (Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio), pela falta de clareza no processo de implementação e sublinhou necessidade de maior objetividade;
6. A legislação deve prever não apenas a implementação de medidas, mas também uma avaliação contínua e as pessoas com deficiência devem participar na avaliação do impacto destas leis;
7. Em relação à legislação para Professores com Deficiência considera necessário que se trabalhe em parceria no desenho de uma legislação específica, nomeadamente com a Ordem dos Advogados;

8. Reforçou a importância da participação direta das pessoas com deficiência na fiscalização das políticas que lhes dizem respeito e a urgência em garantir recursos adequados para o funcionamento do Me-CDPD.

A gravação da reunião e a documentação complementar estão disponibilizadas na [página da audiência](#), pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

3. Audição da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB 2/3 Fragata do Tejo, por [requerimento do CH](#), sobre a situação de violência ocorrida na mesma

O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Eduardo Pinheiro (PS), na ausência da Presidente, deu as boas-vindas à Presidente da Associação de Pais (identificada na [página da audiência](#)), e lembrou a grelha de tempos das intervenções.

Passou depois a palavra à Senhora Deputada Rita Matias (CH), que justificou o requerimento apresentado pelo seu Grupo Parlamentar, tendo enfatizado o choque perante as imagens da situação de violência divulgadas, a inação dos colegas do agredido, a ausência de adultos responsáveis e a necessidade de reflexão.

De seguida, questionou a adequabilidade da resposta da direção da escola e colocou várias perguntas, nomeadamente, se há episódios frequentes de violência na escola que indiquem a existência de um grupo que pratica bullying sistemático, tipos de agressão por grupo específico de alunos, como tem atuado a direção da escola, se em vez da aplicação da medida de suspensão do aluno agressor não se podia ter estabelecido a obrigatoriedade de prestar trabalho comunitário ou outra medida pedagógica e o que esperam do poder político.

A Presidente da Associação de Pais referiu depois o seguinte:

1. Condenam o ato de violência, mas pretendem preservar a vítima, e todos os envolvidos, da exposição mediática, que tem um impacto negativo;
2. Regista-se uma situação de violência crescente nas escolas, mas muitas agressões não se tornam públicas e há episódios de violência que não são comunicados às autoridades;

3. A aplicação da medida de suspensão ao agressor foi a possível, na atualidade, mas não a consideram a ideal para educar e prevenir novas ocorrências;
4. Os factos ocorreram à hora do almoço, no recreio da escola;
5. As escolas têm dificuldade de assegurar e educação inclusiva efetiva;
6. A falta de auxiliares e as infraestruturas inadequadas contribuem para a insegurança;
7. Muitas escolas e municípios relatam a presença de gangues e grupos violentos na sociedade, fora das escolas;
8. A escola tem dado todo o apoio à família da vítima;
9. Regista-se falta de empatia entre os alunos e muitos preferem filmar agressões, em vez de intervirem ou chamarem um adulto;
10. Os funcionários e docentes têm dificuldades para serem respeitados pelos alunos, bem como no contacto com estes, para não serem acusados de agressão;
11. As escolas não possuem espaços adequados para os alunos suspensos permanecerem nos mesmos ou realizarem atividades;
12. Pedem um maior envolvimento e colaboração dos pais na educação e disciplina dos filhos;
13. Têm vindo a equacionar medidas para o controlo da violência e pretendem apresentar propostas para o efeito.

Intervieram, depois, os Senhores Deputados Sónia Reis (PSD), Fernando José (PS) e Patrícia Gilvaz (IL), que fizeram perguntas e teceram considerações sobre a matéria e por último a Senhora Deputada Rita Matias (CH).

Na sequência das intervenções dos Senhores Deputados, a Presidente da Associação de Pais referiu o seguinte, em síntese:

1. Verifica-se que há falta de pessoal nas escolas, sendo o rácio de auxiliares mal calculado tendo em conta a especificidade das escolas, nomeadamente as situadas em zonas rurais;
2. A vítima está a ser acompanhada e os pais manifestaram que não precisam de apoio;
3. Questionam se não somos todos responsáveis pela situação, tendo salientado que a violência gera violência e a escola complementa a educação que vem de casa;

4. Os pais, por vezes, só se manifestam quando há problemas, havendo falta da sua participação em reuniões e palestras sobre segurança e educação;
5. Regista-se o uso excessivo de tecnologia e alguma falta de acompanhamento das crianças;
6. Sugerem como melhorias a revisão do rácio de funcionários nas escolas, a formação para funcionários e professores sobre segurança e comportamento estudantil, maior autonomia para professores e funcionários atuarem disciplinarmente e a necessidade de espaços adequados, por exemplo, um pavilhão para atividades escolares;
7. Defendem ainda a reflexão sobre a sociedade e o impacto na violência e educação, a responsabilidade partilhada entre a mesma, pais, escolas e Governo, a necessidade de união para encontrarem soluções, em vez de procurarem os culpados e evitar transformar a questão num ato político ou racista.

A gravação da reunião está disponibilizada na [página da audiência](#), pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

4. Audição do Diretor do Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo, Dr. Manuel João Belém Veva, por [requerimento do CH](#), sobre a situação de violência ocorrida na Escola EB 2/3 Fragata do Tejo

O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Eduardo Pinheiro (PS), na ausência da Presidente, deu as boas-vindas à delegação da direção do respetivo Agrupamento de Escolas (identificada na [página da audiência](#)), e lembrou a grelha de tempos das intervenções.

Passou depois a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho (CH), o qual destacou a importância dos servidores públicos prestarem esclarecimentos, perguntou como está a criança agredida e a família, bem como a escola, enfatizou a grande repercussão do facto devido às fotografias, questionou quais as práticas da escola e as medidas adotadas perante a violência, uso de telemóveis e em relação a agressores, referindo que a violência, incluindo contra professores e funcionários, e a indisciplina, fazem parte do quotidiano das escolas e atualmente este fenómeno já é reconhecido por todas as pessoas e tem de ser combatido.

Descreveu depois a agressão, o não socorro à vítima, o que também revela falta de meios humanos para acompanhamento dos alunos no recreio, questionou a necessidade de reflexão sobre a falta de reação dos colegas que assistiram à violência e pediu esclarecimentos sobre a formação cívica e a resposta da escola ao aluno agredido, bem como sobre o histórico de agressões e medidas disciplinares aplicadas ao agressor.

De seguida, o Diretor do Agrupamento referiu o seguinte, em síntese:

1. Manifestou disponibilidade para esclarecer a situação e contribuir para o debate sobre a violência escolar;
2. Destacou que a violência e a indisciplina escolar são um problema antigo e complexo, que se manifesta de diferentes modos e graus, é influenciado por fatores sociais, familiares, pessoais e escolares e exige uma análise holística e a colaboração de todos;
3. Explicou que o incidente ocorreu na sexta-feira, 24 de janeiro, durante o horário de almoço e não foi presenciado por nenhum adulto, até porque o local do recreio em que os alunos se encontravam estava fora da vista dos adultos;
4. O aluno agredido contactou os pais, que o foram buscar, mas não fizeram comunicação à direção da escola;
5. O Diretor só soube do caso mais tarde, quando um agente da GNR foi à escola, tendo por base uma comunicação que lhe foi feita por um cidadão externo;
6. Após ter tomado conhecimento do incidente, o aluno agressor foi suspenso preventivamente por 10 dias, conforme o limite legal, e foi instaurado um processo disciplinar;
7. O caso foi comunicado à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e houve reuniões com os pais do aluno agredido e do agressor;
8. Destacou a preocupação com o facto de outros alunos terem filmado a agressão sem intervir e instaurou processos disciplinares contra eles;
9. A escola ofereceu apoio psicológico ao aluno agredido, mas a mãe considerou inicialmente desnecessário;
10. Foi realizada uma reunião com a autarquia, GNR, CPCJ e Associação de Pais, para discutir as medidas a adotar e foi solicitada maior presença da GNR na escola, tanto no interior como no exterior.

Intervieram, depois, os Senhores Deputados Sónia Reis (PSD), Fernando José (PS), Patrícia Gilvaz (IL) e Joana Mortágua (BE), que fizeram perguntas e teceram considerações sobre a matéria e por último o Senhor Deputado Gabriel Mithá Ribeiro (CH).

Na sequência das intervenções dos Senhores Deputados, o Diretor do Agrupamento referiu o seguinte, em síntese:

1. O ato não é isolado, os incidentes em escolas, como entidades vivas, são recorrentes e fazem parte da interação humana;
2. Muitas vezes há incidentes e vidros quebrados, o que ocorre por brincadeiras e não por vandalismo e os factos são sempre apurados;
3. Há necessidade de vidros que não se partam em estilhaços, para evitar ferimentos nos alunos;
4. Verificou-se uma situação de violência entre duas alunas em sala de aula, mas não há evidências de que seja um problema sistemático;
5. A escola faz a comunicação das situações na plataforma aplicada para o efeito, mas nem sempre dentro do prazo de 48 horas estabelecido;
6. Atualmente têm falta de um assistente operacional, o que tem impacto na vigilância e sentimento de impunidade dos alunos;
7. Considera que se regista uma falta de comunicação eficaz entre as entidades envolvidas na segurança escolar;
8. O uso de telemóveis pelos alunos é importante para a comunicação com os pais e destes com os filhos, tendo realçado que não têm uma central telefónica que permita fazer essas comunicações;
9. É importante rever o Estatuto do Aluno, sendo que a sociedade evoluiu e a lei deveria ser atualizada;
10. A punição tem um efeito imediato, mas limitado, havendo necessidade de estratégias preventivas e educativas, que são mais eficazes;
11. A escola vai reunir com as forças de segurança e criar sinergias com estas e outros parceiros;
12. Os comentários nas redes sociais afetam os funcionários e a imagem da escola.

A gravação da reunião está disponibilizada na [página da audiência](#), pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

5. Aprovação das atas de reuniões anteriores

A ata da reunião de Mesa e Coordenadores de 30 de janeiro e a ata da reunião da Comissão de 4 de fevereiro foram aprovadas por unanimidade pelos Deputados do PSD, do PS, do CH, da IL e do BE, encontrando-se ausentes os Deputados do PCP, do L e do CDS-PP.

6. Comunicações da Presidente

6.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

6.1.1 Projetos de Resolução – Generalidade

- [Projeto de Resolução n.º 634/XVI/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo a regulamentação do ensino híbrido e a promoção de práticas educativas interdisciplinares ao ar livre

✓ Comunicação da baixa à Comissão: 06/02

A Senhora Vice-Presidente da Comissão, Deputada Germana Rocha (PSD), na ausência da Presidente, informou que a Senhora Deputada Inês Sousa Real (PAN) tinha indicado que pretendia a sua discussão em Comissão.

- [Projeto de Resolução n.º 641/XVI/1.ª \(CH\)](#) - Recomenda ao Governo que garanta a atualização dos apoios financeiros da valência de Pré-Escolar

✓ Comunicação da baixa à Comissão: 06/02

O CH informou que pretende a sua discussão em Comissão.

6.2. Informação sobre baixa de votos

- [Projeto de voto n.º 554](#), do PSD, De congratulação à cientista Inês Barroso, classificada entre as mil melhores cientistas do mundo em 2024
 - ✓ Agendar a discussão e votação do projeto de voto para 19/2?

O PSD informou que indicariam posteriormente a data em que pretendiam que fosse feita a discussão e votação do projeto de voto.

6.3. Pedidos de audiência

6.3.1. Da [Associação Jurídica pelos Direitos Fundamentais \(AJDF\)](#), para apresentar propostas para uma correta aplicação da legislação no âmbito da saúde dos professores e implementação da medicina do trabalho

Tendo presente que a Associação foi recebida numa [audiência](#) que teve lugar no dia 3/12/2024 e assumiu o compromisso de elaborar propostas de melhoria do conteúdo da Nota Informativa do Ministro da Educação, Ciência e Inovação sobre a matéria, para uma correta aplicação da legislação e implementação da medicina do trabalho, foi consensualizado que após a receção do respetivo documento se ponderaria a realização de uma nova audiência.

6.3.2. Da [Associação de Diretores Pedagógicos do Ensino Artístico Especializado](#), a fim de apresentar as preocupações que tem quanto à grave situação de subfinanciamento que as escolas do Ensino Artístico atravessam.

Foi deliberado conceder a audiência e realizá-la numa reunião da Comissão, em data a agendar conforme a disponibilidade da Comissão.

6.4. Convites

6.4.1 Da [Comissão de Saúde](#) para a realização de uma conferência sobre o «impacto da utilização de ecrãs na saúde mental e desenvolvimento de crianças e jovens»

- ✓ Convidam a Comissão de Educação e Ciência e a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto a associarem-se a esta iniciativa, prevendo-se que a mesma se realize em outubro, no âmbito da comemoração do dia Mundial da Saúde Mental, a 10 de outubro.

A Comissão tomou conhecimento e consensualizou agradecer e informar ainda que sobre a utilização de telemóveis em contexto escolar, apreciou a [Petição 227/XV/1.^a - VIVER o recreio escolar, sem ecrãs de smartphones!](#) – os [Projeto de Resolução 388/XVI/1.^a](#), [391/XVI/1.^a](#) e [392/XVI/1.^a](#), aprovados e que aguardam a fixação de redação final e na sequência de um [Requerimento do CDS-PP](#) fez a audição da [Associação Portuguesa de Psiquiatria da Infância e Adolescência \(APPIA\)](#) e uma [audição conjunta de diversas entidades e personalidades](#).

7. Aprovação do texto final do [Projeto de Lei n.º 337/XVI/1.^a \(PAN\)](#) – Cria uma rede de serviços de psicologia nas escolas públicas e instituições de ensino superior e uma linha telefónica de apoio no Ensino Superior

Adiado.

8. Discussão e votação do relatório sobre o [Projeto de Lei n.º 345/XVI/1.^a \(CH\)](#) – Novo regime jurídico da lecionação e da organização da disciplina e área curricular de Cidadania e Desenvolvimento (CD) nos estabelecimentos dos ensinos básico e secundário

O relatório foi apresentado pela relatora, Deputada Patrícia Gilvaz (IL), e depois aprovado por unanimidade pelos Deputados do PSD, do PS, do CH e da IL, registando-se a ausência dos Deputados do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

9. Fixação da redação final do [Projeto de Lei n.º 252/XVI/1.^a \(L\)](#) - Estabelece a universalidade da educação pré- escolar para as crianças a partir dos 3 anos de idade

A redação final foi fixada por unanimidade pelos Deputados do PSD, do PS, do CH e do BE, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do PCP, do L e do CDS-PP.

10. Fixação da redação final das seguintes iniciativas

- [PJR n.º 130/XVI/1.ª \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo o reforço do Programa Escola Segura e das ações de sensibilização contra a violência em meio escolar,
- [PJR n.º 153/XVI/1.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo uma análise compreensiva das ocorrências de violência em contexto escolar, visando uma atuação cada vez mais eficaz e a sua prevenção
- [PJR n.º 208/XVI/1.ª \(CH\)](#) – Recomenda ao Governo a adoção de medidas que fomentem a segurança e consequente diminuição de violência contra crianças e jovens
- [PJR n.º 304/XVI/1.ª \(L\)](#) - Pela valorização e qualificação das carreiras de Assistente Técnico e de Assistente Operacional nas escolas e promoção de medidas que permitam a adequação destes recursos à realidade de cada escola
- [PJR n.º 390/XVI/1.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo a adoção de medidas de combate à violência e ao consumo de droga no meio escolar

A redação final foi fixada por unanimidade pelos Deputados do PSD, do PS, do CH e do BE, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do PCP, do L e do CDS-PP.

11. Discussão e votação do relatório final da [petição n.º 124/XVI/1.ª](#) - Pela criação de carreiras especiais para os trabalhadores não docentes das escolas da rede pública e dotar as escolas dos trabalhadores efetivamente necessários à prossecução da sua função pública com qualidade e segurança

O relatório foi apresentado pela relatora, Deputada Isabel Ferreira (PS), e depois aprovado por unanimidade pelos Deputados do PSD, PS, CH e IL, registando-se a ausência dos Deputados do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

12. Outros Assuntos

A Senhora Vice-Presidente da Comissão referiu que os grupos parlamentares proponentes dos grupos de projetos de resolução abaixo referidos tinham consensualizado e apresentado um texto conjunto para a sua apreciação na especialidade [nos termos da interpretação de artigos do RAR, em especial dos artigos 128.º, 139.º e 150.º, aprovada pela Conferência de Líderes e constante em anexo à Súmula da CL n.º 51/XIV, a preparação/elaboração de textos finais comuns ou de substituição de projetos de lei ou de resolução (na especialidade) é da iniciativa e responsabilidade dos proponentes], o qual tinha sido distribuído:

- 12.1. [PJR 151/XVI/1.ª \(PS\)](#) e [PJR 371/XVI/1.ª \(L\)](#), Recomenda ao Governo a abertura de concurso para a contratação de doutorados em posições permanentes da Carreira de Investigação Científica na Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.
- 12.2. [PJR 152/XVI/1.ª \(PS\)](#), [PJR 365/XVI/1.ª \(PCP\)](#), [PJR 371/XVI/1.ª \(L\)](#) e [PJR 375/XVI/1.ª \(BE\)](#), Recomenda ao Governo a abertura de concursos para a contratação de doutorados para posições permanentes da carreira de investigação científica nos Laboratórios do Estado
- 12.3. [PJR 323/XVI/1.ª \(PS\)](#), [PJR 326/XVI/1.ª \(BE\)](#) e [PJR 327/XVI/1.ª \(PAN\)](#), Recomenda ao Governo que valorize a carreira da docência no ensino superior e a carreira de investigação científica

Nesta sequência, foi consensualizada a seguinte calendarização para a apreciação do respetivo texto conjunto na especialidade:

- ✓ Prazo para apresentação de propostas de alteração: 14/2
- ✓ Discussão e votação na especialidade; 19/2, 13h45

De seguida, foi lembrado que no dia 12/2, às 14h00, na sala 2, teria lugar a audiência ao Sindicato dos trabalhadores dos refeitórios escolares, concedida pela [Comissão de Poder Local e Coesão Territorial](#) (13.ª Comissão), e para a qual foram convidados os

Deputados das Comissões de Educação e Ciência e do Trabalho, Segurança Social e Inclusão, tendo vários Deputados indicado que iriam estar presentes.

13. Data da próxima reunião

- Reunião da Comissão: 19 de fevereiro – 13h45
- Reunião da Comissão: 25 de fevereiro – 15h00
- ✓ Audição do MECI, por requerimento do PCP e regimental

A reunião foi encerrada às 18:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de fevereiro de 2025

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,

Manuela Tender



Comissão de Educação e Ciência

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Gabriela Cabilhas (PSD)
Eva Brás Pinho (PSD)
Germana Rocha (PSD)
Inês Barroso (PSD)
Pedro Alves (PSD)
Sonia Dos Reis (PSD)
Eduardo Pinheiro (PS)
Isabel Ferreira (PS)
Miguel Matos (PS)
Palmira Maciel (PS)
Rosário Gambôa (PS)
Sofia Canha (PS)
Diva Ribeiro (CH)
José Carvalho (CH)
Patrícia Gilvaz (IL)
Joana Mortágua (BE)
Joaquim Barbosa (PSD)
Clárisse Campos (PS)
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)
Rita Matias (CH)
Fernando José (PS)
Lia Ferreira (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Manuela Tender (CH)
Maria José Aguiar (CH)
Isabel Mendes Lopes (L)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Almeida (PSD)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Paula Santos (PCP)
Paulo Nuncio (CDS-PP)